



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROCURADORIA-GERAL ELEITORAL

Nº 2019/2022 - PGGB/PGE

**MEDIDA CAUTELAR NA TUTELA PROVISÓRIA ANTECEDENTE  
39/DF**

**Relator** : Ministro Nunes Marques  
**Agravante** : Ministério Público Eleitoral  
**Agravado(a/s)** : Fernando Destito Francischini e Outros  
**Advogado(a/s)** : Marilda de Paula Silveira e outros

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator:

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por meio da Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência interpor

**AGRAVO REGIMENTAL**

contra a decisão monocrática de 2.6.2022, proferida nos autos da Medida Cautelar na Tutela Provisória Antecedente 39/DF (ROEI 0603975-98.2018.6.16.0000), conforme a fundamentação a seguir desenvolvida.

Pede que V. Exa. reconsidere a r. decisão agravada. Isso não ocorrendo, que submeta, com a urgência que a situação concreta insta, o agravo ao descortino da Eg. Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 6 de junho de 2022.

Paulo Gustavo Gonet Branco  
Vice-Procurador-Geral Eleitoral

RLZ/B.03

O Ministério Público Eleitoral ajuizou ação de investigação judicial eleitoral contra Fernando Destito Franscichini, eleito Deputado Estadual pelo Paraná, em 2018. Imputou-lhe uso indevido de meio de comunicação e abuso de autoridade. O fato relevante consistiu em transmissão ao vivo no *Facebook*, no dia e durante o curso da votação, em que o acionado divulgou notícias falsas e sabidamente inverídicas sobre a lisura do sistema eletrônico de votação, além de ter realizado propaganda pessoal e partidária.

A Corte Regional julgou improcedentes os pedidos iniciais, por falta de provas da sua finalidade eleitoreira.

Sobreveio recurso ordinário, provido pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Corte apontou que o recorrido, na condição de Deputado Federal e utilizando-se das prerrogativas do cargo, desferiu ataques ao sistema eletrônico de votação e à democracia, por meio da disseminação de fatos inverídicos em rede social. Ressaltou que a imunidade parlamentar não se reveste de caráter absoluto e que a manifestação ocorreu fora da Casa Legislativa, sem correlação com o mandato, hostilizando princípios e fundamentos da Constituição. Salientou que a veiculação falsa sobre fraude produziu dividendos eleitorais ao candidato. Realçou a quantidade expressiva de 70 mil visualizações em tempo real da transmissão, bem como os mais de 400 mil compartilhamentos, 105 mil comentários e o número final de 6 milhões de visualizações até 12/11/2018. Assentou que a internet e as redes sociais se enquadram no conceito de meios de comunicação social, a que alude o art. 22, XIV, da LC 64/90.

Seguiu-se o recurso extraordinário interposto por Fernando Destito Franscichini, Cassiano Caron Sobral de Jesus, Emerson Bacil, Paulo Rogério do Carmo e Comissão Executiva Provisória do Partido Social Liberal (PSL), os últimos na condição de terceiros prejudicados. Os recorrentes alegaram contrariedade aos arts. 5º, IV, XXXIX e LV, 14, §§ 9º e 10, 16, 45, 53, 55, *caput* e V, 121, § 4º, IV, e 220 da Constituição.

A Presidência do TSE não admitiu o recurso extraordinário, apontando que, em relação às alegadas violações aos princípios da anualidade, da liberdade de manifestação e da imunidade parlamentar, o acórdão recorrido decidiu com base nos arts. 19 e 22 da LC 64/1990, não se configurando, portanto, a necessária questão constitucional direta. Assentou a falta de prequestionamento da tese de ofensa aos arts. 5º, LV, e 45 da Constituição, relacionada à alegação de violação a direitos dos terceiros atingidos pela anulação dos votos atribuídos ao Deputado Fernando Destito Franscichini.

O agravo em recurso extraordinário afirma que o acórdão recorrido violou de forma direta o art. 16 da Constituição, ao alterar a jurisprudência do TSE relacionada a quatro diferentes temas<sup>1</sup>. Alega que a análise da violação à regra da anualidade eleitoral não depende de exame de legislação infraconstitucional, demandando apenas a verificação de efetiva viragem jurisprudencial. Sustenta ter ocorrido ofensa direta ao art. 14, §§ 9º e 10, ao art. 55, V, bem como ao art. 121, § 4º, IV, da Constituição, dada a inexistência de abuso de poder político,

---

<sup>1</sup> Ao assentar que a internet é meio de comunicação social para os fins do art. 22 da LC 64/90; ao não considerar o impacto da conduta na vontade do eleitor como critério definidor do requisito da gravidade; ao determinar a anulação dos votos do candidato agravante e o recálculo do quociente eleitoral; e ao acarretar a supressão de mandatos de parlamentares, em decorrência da anulação dos votos, que sequer integraram a lide.

já que a manifestação do candidato fora proferida restando apenas 22 minutos para o encerramento da votação, o que evidenciaria a falta de gravidade da conduta. Argumenta não ter sido enfrentada a arguição de inconstitucionalidade do art. 22, XIV, da LC 64/90, relacionada à inclusão do “uso abusivo dos meios de comunicação” como hipótese de cassação. Afirma que o acórdão também violou diretamente o art. 220 da Constituição, contrariando a decisão proferida na ADPF 130, ao considerar que uma transmissão de cunho orgânico realizada em rede social<sup>2</sup> estaria incluída no conceito de meios de comunicação social. Diz que o acórdão do TSE infringiu os arts. 53 e 55 da Constituição, por ter desconsiderado a imunidade parlamentar do candidato agravante. Nesse ponto, argumenta que o conteúdo da transmissão tem a ver com a função fiscalizatória de parlamentar federal, e não com a temática de campanha. Acrescenta que, ao assentar o abuso de poder político em virtude de o candidato ter-se utilizado de seu cargo de Delegado Federal (licenciado) para divulgar informações falsas, o acórdão enfrenta o art. 5º, IV e XXXIX, da Constituição. Argui que, se a intenção do candidato ao mencionar seu cargo fosse emprestar credibilidade ao seu discurso, estaria ao abrigo da garantia da livre manifestação do pensamento, não podendo ser impedido de apresentar ao eleitor uma convicção pessoal, útil à avaliação dos ouvintes. Diz que a reprimenda configura imposição de pena sem previsão legal. Alega que a cassação

---

<sup>2</sup> O agravo sustenta que uma transmissão em rede social atinge quase que exclusivamente os próprios seguidores de quem veicula o conteúdo, uma vez que o alcance é ditado pelo algoritmo da plataforma, de modo a atingir quem se alinha àquela forma de pensar. afirma que, enquanto as mídias tradicionalmente incluídas no conceito de meios de comunicação social (tais como televisão, rádio e imprensa escrita) alcançam público heterogêneo, transmissões orgânicas em redes sociais são projetadas para alcançar um público cada vez mais específico e alinhado ao conteúdo da veiculação.

de mandatos parlamentares sem que os titulares tenham integrado a lide desta dos arts. 5º, LV, e 45 da Constituição, atentando contra o contraditório, a proporcionalidade e a autenticidade das eleições. Postula efeito suspensivo, com base no art. 1.029, § 5º, do CPC e, subsidiariamente, no art. 26-C da Lei Complementar 64/90.

Fernando Destito Francischini, Cassiano Caron Sobral de Jesus, Emerson Gielinski Bacil, Paulo Rogério do Carmo, Comissão Executiva Provisória do Partido Social Liberal (PSL) no Estado do Paraná e PSL Nacional atravessaram petições no Supremo Tribunal Federal, diretamente nos autos da ADPF 761, de relatoria do Ministro Nunes Marques, requerendo a suspensão do acórdão proferido pelo TSE no ROEI 0603975-98.2018.6.16.0000.

Determinado o refazimento da autuação, em apartado, das petições como tutela provisória antecedente, os requerentes notificaram a interposição de recurso extraordinário com agravo contra o que decidido pelo TSE no ROAIJE 0603975-98.2018.6.16.0000 e reiteraram o pedido de tutela de urgência (petição/STF n. 13.196/2022).

O eminente Ministro relator, em decisão monocrática, reconhecendo a plausibilidade na postulação de direito material e o risco de dano grave diante do perigo na demora da prestação jurisdicional, deferiu, em parte, o pedido formulado. Suspendeu, com eficácia *ex nunc*, o acórdão proferido pelo TSE, com isso restaurando a validade dos mandatos dos requerentes e as prerrogativas das respectivas bancadas no contexto da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Preservou as situações jurídicas consolidadas e a validade

de todos os atos praticados pelos parlamentares diplomados com a retotalização dos votos.

A r. decisão entendeu que o TSE inovou ao considerar que a internet se insere no conceito de meios de comunicação social, realizando ampliação semântica por analogia do art. 22 da Lei Complementar 64/90. Referiu que, para a Corte Eleitoral, até o pleito de 2018, apenas jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão eram instrumentos de comunicação social cujo uso indevido poderia ser sancionado. Afirmou que, no julgamento das ações de investigação judicial eleitoral formalizadas contra a chapa presidencial eleita em 2018, o TSE fixou tese no sentido de que o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa, contendo desinformação e inverdades, em prejuízo de adversário e em benefício de candidato, pode configurar abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social, o que demonstraria o ineditismo da matéria. Disse que a inovação hermenêutica alterou significativamente o processo eleitoral, em desobediência ao art. 16 da Constituição Federal.

Com amparo no voto vencido proferido pelo Ministro Carlos Horbach, a decisão monocrática ora agravada apontou que a gravidade da conduta, no caso em exame, deve levar em consideração a liberdade de expressão, a dinâmica de consumo da informação na plataforma, os benefícios ocasionados ao candidato ou ao partido político e os bens juridicamente tutelados (normalidade e legitimidade da eleição). Notou a falta de elementos de convicção sobre o comprometimento da

disputa eleitoral em decorrência da transmissão. Afirmou que a *live*, cujo acesso depende da vontade do usuário, não teve repercussão concreta sobre o eleitorado, exaltando a votação do candidato requerido. Assinalou que a gravidade da conduta, baseada em um perigo abstrato ao processo eleitoral, só pôde ser caracterizada com argumento inovador de jurisprudência, daí que deveria se submeter ao princípio da anualidade ou ter aplicação prospectiva. Assinalou que a anulação dos votos para todos os efeitos, a determinação do recálculo do quociente partidário e a consequente perda de mandato de parlamentares que não integraram o processo de investigação eleitoral também violaram o princípio da anualidade. Observou que a Resolução TSE 23.554/2017, aplicável às eleições 2018, determinava o aproveitamento dos votos para a legenda quando a decisão de cassação fosse publicada após a data do pleito, e que a modificação desse entendimento, fundada na interpretação dos arts. 222 e 237 do Código Eleitoral, somente se deu em 22 de setembro de 2020, quando do julgamento dos RO-Els 0601423-89, 0601423-80 e 0601409-96. Asseverou que não é dado afastar ato normativo de alcance geral em um único caso concreto, sob pena de *“violação grave do tratamento isonômico, imparcial e impessoal constitucionalmente garantido a todos”*, além de vulnerar a confiança do cidadão no poder público e potencializar situações e decisões arbitrárias. Frisou que a anulação dos votos dados ao candidato Fernando Destito Francischini impactou diretamente a composição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e das respectivas bancadas, levando à perda dos mandatos de outros três deputados estaduais eleitos, que não eram partes do processo.

Enfatizou a necessidade de observância, no âmbito do Direito Eleitoral, dos princípios constitucionais da isonomia, da segurança jurídica e da anualidade eleitoral. Evocou o julgamento do RE 637.485, quando o Supremo Tribunal Federal concluiu que a modificação jurisprudencial na seara eleitoral não tem aplicabilidade imediata. Assinalou que o número de parlamentares da bancada é critério para o cálculo de distribuição dos recursos públicos de campanha e de divisão do horário eleitoral gratuito e que a proximidade do pleito de 2022 são indicativos de dano irreparável ou de impossível reparação. Chamou a atenção para a existência da ADPF 761, que versa o tema da viragem jurisprudencial do TSE quanto à destinação dos votos obtidos por candidato a cargo proporcional que veio a ter o mandato cassado por decisão publicada após a realização das eleições.

Contra a decisão ora agravada, que restabeleceu o mandato do deputado estadual Fernando Francischini no Paraná, houve impetração de mandado de segurança (MS 38599<sup>3</sup>), objeto de deliberação do Plenário Virtual a partir de 7.6.2022.

\*

**- Inadmissibilidade do recurso extraordinário a que se conferiu efeito  
suspensivo -**

Como relatado, o recurso extraordinário interposto nos autos do RO 0603975-98.2018.6.16.0000 encontrou diversos obstáculos para sua admissibilidade. Daí, a interposição do ARE 1.373.504/PR.

<sup>3</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=488345&ori=1>



Vale acentuar que desde as contrarrazões ao recurso extraordinário e também na resposta ao agravo que se seguiu, o Ministério Público Eleitoral sustentou a inviabilidade do recurso extraordinário, com argumentos que desfazem toda perspectiva de êxito do extraordinário, o que é também bastante para contraindicar a concessão da tutela antecipada.

As contrarrazões mostraram que a alegação de viragem jurisprudencial indevida, com ofensa ao art. 16 da Constituição, demanda não apenas a análise de fatos e do comportamento da jurisprudência do Tribunal recorrido ao longo dos anos (exercício vedado pela Súmula 279/STF), mas também a análise da legislação infraconstitucional pertinente. Demonstrou, de todo modo, não estar configurada alteração de jurisprudência no curso do processo eleitoral de 2018 que justifique acolher a crítica de ofensa ao art. 16 da Constituição.

O Ministério Público Eleitoral pontuou que a alegada ofensa ao art. 16 da Constituição, assentada na premissa de que o reconhecimento da nulidade dos votos para todos os efeitos na ação cassatória de ilícitos eleitorais inovaria precedente da Corte Superior (RO-El 0603900-65/BA), não foi debatida sob o prisma do princípio da anualidade, impedindo que o tema seja objeto de atenção na instância extraordinária por falta de prequestionamento.

O *parquet* também apontou que, em relação à alegação de viragem jurisprudencial relacionada com a supressão de mandatos de parlamentares que não integraram a lide, recaem os óbices de falta de

prequestionamento, de ausência de questão constitucional direta (por envolver matéria de litisconsórcio necessário unitário) e de falta de similitude substancial entre os precedentes citados no recurso extraordinário e o caso sob análise.

As suscitadas ofensas aos arts. 5º, XXXIX, e 45 da Constituição, assim como as teses de que o uso indevido de meio de comunicação não se encontra previsto nas hipóteses taxativas da Constituição e de que teria havido extrapolação da competência da Justiça Eleitoral tampouco foram prequestionadas (Súmulas 282 e 356).

Quanto ao argumento de violação à liberdade de expressão e informação (arts. 5º, IV e 220 da Constituição), o Ministério Público Eleitoral demonstrou que a reavaliação do juízo efetuado pelo TSE sobre o dano causado pela transmissão envolve necessariamente reconstruir fatos relevantes, tarefa imprópria à instância extraordinária.

As contrarrazões demonstraram, ainda, que, quanto às alegações que envolvem a imunidade parlamentar, o acórdão recorrido está em consonância com a inteligência do STF, resumida na AP 937 QO.

Isso não obstante, a r. decisão agravada entendeu haver plausibilidade de êxito do ARE 1373.504, adentrando questões de mérito do apelo extremo.

Com as vênias de estilo, o Ministério Público reitera as suas contrarrazões e passa ao exame dos fundamentos da r. decisão agravada.

\*

A violação do princípio da anualidade (art. 16 da Constituição) constitui o principal argumento acolhido pela decisão monocrática recorrida, para caracterizar a plausibilidade do direito vindicado pelo proponente da tutela antecipada.

O exame das premissas dessa tese, contudo, não se faz desgarrado do prévio exame de legislação infraconstitucional, seja quanto à extensão do conceito de uso indevido dos meios de comunicação (art. 22, *caput*, da Lei Complementar 64/90), seja quanto aos elementos de configuração da gravidade das circunstâncias (art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/90), seja pela interpretação dos dispositivos que tratam de nulidade dos votos (arts. 175, 222 e 237 do Código Eleitoral e art. 219 da Resolução TSE 23.554/2017). O argumento, portanto, não apresenta viabilidade para abrir a instância extraordinária, que somente admite o debate de questões diretamente constitucionais. Não sendo o assunto suscetível de conhecimento no recurso extraordinário, mostra-se este manifestamente descabido. O pressuposto da plausibilidade do direito, assim, deixa de estar presente, conduzindo à necessária rejeição da tutela antecipada.

Efetivamente, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o diploma do candidato Fernando Francischini, declarou sua inelegibilidade pelo período de oito anos e anulou, para todos os efeitos, os votos por ele recebidos, ante a apuração da prática de uso indevido dos meios de comunicação social e de abuso de poder político ou de autoridade.

No recurso extraordinário, os requerentes contestam a decisão do TSE, apontando violação ao art. 16 da Constituição, à conta de viragem súbita de jurisprudência. A decisão agravada assim descreveu a argumentação dos ora agravados:

“Os argumentos dos peticionantes voltam-se principalmente contra modificações na jurisprudência do TSE aplicadas retroativamente, em dezembro de 2021, às Eleições 2018, no que diz respeito aos seguintes temas: 1. consideração das redes sociais como meio de comunicação para efeito de configuração de abuso; 2. balizamento da gravidade da conduta para fins de impacto na legitimidade e normalidade das eleições; 3. anulação dos votos do candidato que teve o diploma e o mandato cassados, recálculo do quociente partidário e consequente perda de mandato de terceiros não integrantes do processo de investigação eleitoral”

**- Internet – redes sociais – meio de comunicação -**

Examinando o primeiro tópico (consideração das redes sociais como meio de comunicação social para efeito de configuração de abuso), o r. decisório agravado pontuou que não se observou o princípio da anualidade (art. 16 da Constituição) no que tange a considerar a internet como abrangida no conceito de *meios de comunicação* adotado no art. 22 da LC 64/1990. Considerou indevida a analogia e enfatizou que a jurisprudência do TSE se limitava a

considerar a imprensa escrita, rádio e televisão como veículos de comunicação social. Referiu que o TSE, no julgamento das AIJEs da chapa presidencial eleita em 2018, fixou tese que reforçaria o caráter inovador da decisão do TSE no caso que resultou na cassação do Deputado Francisco Francischini.

Ocorre que a alegação de ter havido viragem jurisprudencial indevida, com ofensa ao art. 16 da Constituição, demanda a análise de fatos e do comportamento da jurisprudência do Tribunal recorrido ao longo dos anos. A questão é inviável de ser analisada, portanto, na estreita via do recuso extraordinário, por força da Súmula 279/STF.

De todo modo, ainda que superado esse óbice, reconhecer que o acolhimento da tese de que o TSE promoveu indevida viragem jurisprudencial, ao se considerar a internet como meio de comunicação social, exige a demonstração de uma premissa essencial: a de que o TSE até o caso em apreço recusava expressamente que o ambiente virtual compusesse o conjunto dos meios de comunicação social. Decerto que o antecedente lógico da *viragem de jurisprudência* há de ser a existência até então de uma jurisprudência firmada sobre o tema em sentido diverso. Comprovar esse pressuposto da tese da mudança de jurisprudência é ônus de quem interpôs o recurso extraordinário. Desse ônus não se desincumbiu o recurso contra o acórdão do TSE.

Na realidade, não há decisão do TSE que, ao examinar fatos desenvolvidos no ambiente digital, tenha recusado a sua subsunção ao conceito legal de meio de comunicação social, como inscrito no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990. Não se presta ao cumprimento dessa

exigência, certamente, colacionar julgados genéricos do TSE, sem descrição das suas circunstâncias fáticas, em que se cuidou de abuso cometido por intermédio da imprensa escrita, rádio e televisão. Afinal, não há dúvida de que esses instrumentos são meios de comunicação incontroversos, mas de aceitá-lo não resulta que o TSE haja firmado que a internet não o seja.

No recurso extraordinário, os requerentes indicam dois julgados da Corte Superior e outros de Tribunais Regionais para confortar sua tese.

Não socorre a tese de viragem de jurisprudência com infringência do princípio da anualidade, tampouco, a referência a julgados dos Tribunais Regionais<sup>4</sup>, já que daí não se deduz que a matéria haja sido analisada pelo TSE. De novo, para que se cogite de viragem jurisprudencial na Corte Superior Eleitoral seria necessário que houvesse, anteriormente, posicionamento claro do TSE sobre o tema em sentido oposto ao que foi acolhido no recurso ordinário a que se vincula este feito.

Assinale-se que o Recurso Especial Eleitoral 13.351, de Itabaianinha/SE, tratou de propaganda antecipada por *Whatsapp*, o que não guarda pertinência com o conceito do uso indevido dos meios de comunicação social (art. 22 LC 64/1990). De toda sorte, o julgado não registra nenhuma assertiva que dê conforto à tese de fundo dos ora agravados.

---

4 O recurso extraordinário cita três julgados regionais: dois oriundos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (RECURSO ELEITORAL n. 375-16.2016.6.19.0062; AIJE - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL n 777629) e outro do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (RE - RECURSO ELEITORAL 21572).

O recurso extraordinário ainda menciona, de passagem (e sem declinar o número do processo), um precedente do TSE julgado em lista, envolvendo o então Governador de São Paulo João Dória. O processo, no entanto, versava sobre propaganda na internet – e não sobre uso indevido dos meios de comunicação social.

Tampouco o Recurso Especial Eleitoral 3102, de Gravataí/RS, serve para corroborar a tese dos recorridos. Confira-se, a propósito, a ementa do aludido julgado:

ELEIÇÕES 2016. RENOVAÇÃO EM PLEITO SUPLEMENTAR. RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS. PREFEITO. VICE-PREFEITO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. 1) DEFICIÊNCIA RECURSAL. IMPUGNAÇÃO PARCIAL DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 26/TSE. 2) GRAVIDADE. AUSÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO DO ILÍCITO. MOLDURA FÁTICA DELINEADA PELA CORTE DE ORIGEM. REVISITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE À MANUTENÇÃO DA IMPROCEDÊNCIA DA AIJE. DEMAIS TESES RECURSAIS. PREJUDICIALIDADE. DESPROVIMENTO.

1. É ônus do recorrente impugnar especificamente os fundamentos autônomos do acórdão regional. A

deficiência das razões recursais, nesse ponto, atrai a incidência da Súmula nº 26/TSE.

2. Conforme a jurisprudência desta Corte e nos termos do art. 22, XVI, da LC nº 64/90, para que fique configurada a prática do ato abusivo, é necessária a comprovação da gravidade dos fatos.

3. *In casu*, a Corte Regional, para além do debate sobre a sindicância de postagens na Internet para fins de averiguação do uso indevido dos meios de comunicação social, assentou a ausência de gravidade das condutas questionadas, anotando a inocorrência de ofensa aos bens jurídicos tutelados pela norma de regência, especialmente a normalidade e a legitimidade do pleito.

4. **Infirmar a conclusão do TRE quanto à ausência de gravidade demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência impassível de ser adotada validamente na via do recurso especial, nos termos da Súmula nº 24/TSE. Sendo este fundamento autônomo e suficiente à manutenção da improcedência da AIJE, fica prejudicada a análise das demais teses recursais.**

5. Recursos especiais eleitorais não providos. (grifo acrescido)

O precedente a que os ora agravados apelaram nada disse sobre a potencialidade de excessos na internet virem a configurar uso



indevido dos meios de comunicação social, mas apenas manteve decisão que deixou de reconhecer o ilícito onde não se notou gravidade nem ofensa à legitimidade do pleito – juízos que não poderia ser revisitados na via especial, por óbice da Súmula 24/TSE. Não se travou, porque prejudicado, o debate sobre a configuração do uso indevido dos meios de comunicação social a partir de postagens em redes sociais<sup>5</sup>. Da mesma forma o caso mencionado nesse suposto paradigma (o AgR-REspe 1442/PE<sup>6</sup>) não abona a tese do recurso extraordinário, uma vez que, também, aqui o debate foi inviabilizado por falta de provas robustas do ilícito.

Fica evidenciado que o TSE não firmara, antes do julgado, objeto do recurso extraordinário em causa, tese no sentido de que a internet não se amolda ao conceito de uso indevido dos meios de comunicação social.

Acrescente-se que o TSE é notoriamente cuidadoso no que tange a aplicação de *modificação de sua jurisprudência*. Tanto é assim que

---

5 Eis os trechos do voto do Ministro Tarcísio: “(...) a moldura soberanamente estabelecida pelo Tribunal a quo é no sentido do não reconhecimento da gravidade dos fatos e, em consequência, da ausência de ofensa à normalidade e à legitimidade do pleito, bens jurídicos tutelados pela norma de regência. Ainda como se vê, carece o julgado de elementos que permitam ao Tribunal Superior Eleitoral proceder ao reenquadramento dos fatos descritos para que se possa alcançar conclusão diversa, sobremodo considerados o contexto e as peculiaridades da disputa local. (...) **A inviabilidade decorrente da incidência da Súmula nº 24/TSE importa definitividade quanto à premissa de ausência de gravidade da conduta e, por consectário (a meu ver, inafastável), prejudicialidade do debate, estritamente no caso concreto, da configuração (ou não) do uso indevido dos meios de comunicação social a partir de postagens em redes sociais na Internet. (...)**” (grifos acrescidos)

6 Eis o trecho da ementa do AgR-REspe 1442/PE: “(...) *Conquanto tenha sido demonstrada a responsabilidade do então candidato e de sua equipe pelas propagandas veiculadas na internet, em rede social (Facebook), de forma irregular, tal conduta não configura uso indevido dos meios de comunicação social, pois inexistem provas robustas nos autos quanto à ocorrência de abuso - ou desvio - do poder econômico e do uso indevido dos veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidatos, a teor do disposto nos arts. 19 e 22 da Lei Complementar nº 64/90 (...)*”.

o art. 5º da sua Resolução 23.472/2016 bem define em que consiste essa evolução de jurisprudência, capaz de interferir sobre a segurança jurídica, ao prescrever, no § 2º, que:

Caracteriza-se como modificação da jurisprudência:

I - o entendimento que seja contrário a reiterados julgamentos do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral ou do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria; ou

II - o entendimento que seja manifestamente contrário ao disposto nas instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Não houve, no caso em exame, demonstração de que a decisão proferida pelo TSE no ROEI 0603975-98.2018.6.16.0000 tenha sido *“contrária a reiterados julgamentos do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral ou do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria”*, muito menos que enfrente disposição instrutória do TSE. Não há se considerar que tenha havido, no caso, reviravolta de jurisprudência sobre a caracterização da internet como meios de comunicação social abrangido pela regra da lei complementar de 1990. À falta dessa premissa, não há falar em descaso para com o princípio da anualidade eleitoral.

Na realidade, o que se observa é o oposto do que quer o recurso extraordinário. A Resolução TSE 23.551/2017, que dispunha sobre propaganda eleitoral nas Eleições de 2018, já equiparava a internet a meio de comunicação social (art. 3º). Confira-se:

Art. 3º Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos **meios de comunicação social, inclusive via internet**: (...).

Assim, quando das Eleições de 2018, já havia ato normativo do Tribunal Superior Eleitoral, esclarecedor de que a internet consistia em meio de comunicação social. Com isso era dado prever, nas eleições de 2018, a censura à conduta realizada, já então havendo disposição normativa a respeito.

**- Duplo ilícito – apenas um apreciado na decisão agravada -**

Para além dessas razões que afastam a plausibilidade da tese de quebra da segurança jurídica, cabe pontuar, em paralelo, que o TSE, na espécie, **reconheceu dois ilícitos autônomos**: o uso indevido dos meios de comunicação social diante de uma *live* na rede social *Facebook* na internet; e o abuso de poder político ou de autoridade<sup>7</sup>, diante do

<sup>7</sup> Não há dúvida de que o TSE reconheceu igualmente a conduta do representado como abuso de poder político e de autoridade. Nesse sentido, aliás, é o voto do Ministro Relator Luís Felipe Salomão: "(...) 8. Em suma, a exacerbação do poder político e o uso de redes sociais para promover infundadas agressões contra a democracia e o sistema eletrônico de votação podem configurar **abuso do poder político** e uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do art. 22 da LC 64/90. (...) Por todas essas razões, a gravidade dos fatos também se encontra presente no caso dos autos, **configurando-se assim** o uso indevido dos meios de comunicação social e **o abuso de poder político e de autoridade**". Também nessa linha é o voto proferido pelo Ministro Sérgio Banhos: "De qualquer maneira, ainda que se controverta acerca do ponto, considero presente o interesse-adequação, **seja porque também há alegação de abuso do poder político, seja porque o uso indevido de comunicação pode ser considerado uma espécie de abuso do poder econômico.** (...) Portanto, entendo presentes tanto o desvio de finalidade quanto o benefício de candidato, partido ou

desvirtuamento do cargo de Delegado de Polícia para conferir maior credibilidade à mensagem de desinformação. A r. decisão agravada bem salientou essas premissas fáticas no seu relatório, ao dizer:

(...) As conclusões do Tribunal Superior Eleitoral a respeito dos fatos teriam sido as seguintes:

(a) enquadramento da internet gênero e das redes sociais no conceito de veículos ou meios de comunicação a que se refere o art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990,

(b) configuração de uso abusivo dos meios de comunicação;

(c) **ocorrência de abuso de poder político ou autoridade, por tratar-se, à época do fato, de delegado de polícia licenciado para o exercício do cargo de deputado federal;** (...) (grifo acrescido)

Embora esse fundamento seja bastante em si para manter o acórdão do TSE, não chegou a ter a sua eventual debilidade anotada na r. decisão agravada. Persistindo incólume o fundamento do TSE sobre

---

*coligação, elementos do abuso do poder político. (...) De todo o exposto, assim como Sua Excelência, entendo presentes o abuso do poder político e o uso indevido dos meios de comunicação, sendo de rigor a imposição das seguintes sanções: a cassação do diploma e a inelegibilidade". Na mesma linha é o voto do Ministro Alexandre de Moraes: (...) A partir dessas premissas, afigura-se incontestável, a subsunção da condição exercida pelo Recorrido ao conceito de autoridade, porque Delegado de Polícia e, à época dos fatos, Deputado Federal (eleito em 2018 ao cargo de Deputado Estadual). Não fosse o histórico profissional, o teor do discurso certifica que o candidato, naquele momento, buscou se valer do cargo efetivo de Delegado e das prerrogativas de Deputado Federal para conferir força e legitimidade à narrativa apresentada, chegando a afirmar expressamente que, naquele momento, estava em franco uso da sua imunidade parlamentar: (...) No caso, o farto acervo probatório produzido sob o crivo do devido processo legal atesta que o agente investido na função pública, e valendo-se dessa posição, dedicou-se a difundir informações absurdamente falsas, sobre as quais passo ao exame. (...)"*. (grifos acrescidos)

a existência no caso de abuso de poder político e de autoridade, perde força persuasiva a assertiva da presença no caso de pressuposto para a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário.

**- Gravidade da conduta -**

Quanto ao segundo tópico (balizamento da gravidade da conduta para fins de impacto na legitimidade e normalidade das eleições), a decisão agravada, amparada no voto vencido do Ministro Carlos Horbach, recusou a existência do ilícito assim qualificado, mencionando a falta de elementos evidenciadores do comprometimento da disputa eleitoral em decorrência do que veiculado na transmissão pela rede social. Disse que o acesso à *live* depende da vontade do usuário e não teve repercussão sobre o eleitorado. Teve por inadmissível a figura da gravidade por perigo abstrato. Afirmou que a condenação teve por fundamento “*presunção quanto ao liame entre os fatos impugnados e o benefício eleitoral auferido pelo candidato*”.

De pronto, deve ser realçado que não houve viragem de jurisprudência em razão de o acórdão supostamente ter deixado de considerar o impacto da conduta na vontade do eleitor, como critério definidor do requisito da gravidade. O voto condutor do acórdão conferiu expresso realce à quantidade de visualizações da transmissão no dia da eleição (70.000) para assentar o comprometimento da normalidade e da legitimidade do pleito<sup>8</sup>. O acórdão, ainda, salientou que o requisito da gravidade deve ser analisado, não apenas pelo

---

<sup>8</sup> Id. 156998310, p. 20.

aspecto quantitativo da conduta, mas também qualitativo, citando precedente proferido em 2017 que esposou a tese<sup>9</sup>.

Como quer que seja, percebe-se que o exame empreendido sobre o conceito de gravidade das circunstâncias tem por objeto exegese do art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/1990. O tema, por não alçar *status* constitucional direto está excluído da revisão por meio de recurso extraordinário.

Esse mesmo obstáculo, aliás, frustra o conhecimento da alegação de ofensa ao art. 14, §§ 9º e 10, da Constituição, porque essa tese é calcada justamente na suposta inobservância de parâmetros para a aferição de requisito constante da legislação infraconstitucional: a gravidade das circunstâncias (art. 22, XVI, da LC 64/90).

Se o recurso extraordinário não ultrapassa a barreira da admissibilidade, não há, de plano, como se conceder efeito suspensivo ao recurso cujo mérito, assim, é de conhecimento impossível.

De toda sorte, mesmo que eventualmente superado o óbice, a decisão agravada encontraria outro motivo para ser revista, tendo em vista a falta de boa razão para o recurso extraordinário no ponto.

A tese do recurso extraordinário é a de que a jurisprudência sempre considerou o impacto na vontade do eleitor como fator definidor da quebra de legitimidade para fins de apuração da gravidade que leva à configuração do abuso. O recurso extraordinário, então, sustenta que o fator abuso foi indevidamente transportado para

---

<sup>9</sup> Id. 156998310, p. 21.

depois das eleições, alterando o conceito de legitimidade do pleito. O raciocínio, contudo, não merece adesão.

Por certo que o TSE indicou a existência de um juízo de reprovação particular para o tema em debate, reconhecendo um qualificado desvalor da conduta no insidioso ataque à integridade da eleição.

Essa valoração não é inédita no acervo de precedentes do TSE. Não seria a primeira vez que a Corte Superior sopesa isoladamente o desvalor da conduta como critério para fins de aferição da gravidade das circunstâncias. Isso acontece sobretudo nas hipóteses de compra de apoio político. Confira-se, a propósito, os julgados do TSE:

**A aferição da gravidade, para fins da caracterização do abuso de poder, deve levar em conta as circunstâncias do fato em si, não se prendendo a eventuais implicações no pleito, muito embora tais implicações, quando existentes, reforcem a natureza grave do ato<sup>10</sup> (grifo acrescido)**

Eis o trecho do voto proferido pela Ministra Luciana Lóssio:

**(...) Tenho que a conduta em foco é grave, em razão de suas circunstâncias se mostrarem incompatíveis com o jogo democrático. Afinal, candidaturas são instrumentos imprescindíveis para realização da**

---

<sup>10</sup>Recurso Especial Eleitoral nº 19847- CRISSIUMAL – RS - Acórdão de 03/02/2015 - Relator(a) Min. Luciana Lóssio – Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 42, Data 04/03/2015, Página 219/220

democracia, mas a negociação de apoio político, nos moldes como realizada na espécie, as transforma em mercadoria, sujeitas ao abuso do poder econômico, que atenta contra a moralidade e a legitimidade do pleito. **Por isso não me impressiona o argumento de que a simples tentativa de comprar uma candidatura não pode ser considerada grave, ante a ausência de consequências para as eleições. Tal como já ressaltado, a investigação da gravidade leva em conta as circunstâncias do fato em si e não o seu efetivo potencial de influência no pleito.**

No precedente, ficou vencido o argumento de que se houve apenas tentativa do ato ignóbil não estaria positivada a gravidade para o processo eleitoral. Prevaleceu a inteligência oposta, como ressaltou o Ministro Dias Toffoli:

Diante desse fato, afastou Sua Excelência o argumento de que a simples tentativa de comprar uma candidatura não poderia ser considerada grave, ante a ausência de consequências para as eleições, reafirmando que a aferição da gravidade leva em conta as circunstâncias do fato em si e não o seu efetivo potencial de influência no pleito.

Sem reparos o entendimento de Sua Excelência. Com efeito, não há dúvida de que **a compra de apoio político de um candidato da oposição, ainda que não tenha se concretizado, é conduta altamente reprovável**



**e revela gravidade suficiente para caracterizar o abuso do poder econômico.**

O TSE também valorou negativamente, de modo a justificar a cassação de mandato, a conduta de compra de apoio político. Veja-se:

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AIJE. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. COMPRA DE APOIO POLÍTICO. CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. A negociação de apoio político, mediante o oferecimento de vantagens com conteúdo econômico, configura a prática de abuso do poder econômico, constituindo conduta grave, pois exorbita do comportamento esperado daquele que disputa um mandato eletivo e que deveria fazê-lo de forma equilibrada em relação aos demais concorrentes (REspe nº 198-47/RJ, de minha relatoria, DJe de 3.2.2015).

**2. A aferição da gravidade, para fins da caracterização do abuso de poder, deve levar em conta as circunstâncias do fato em si, não se prendendo a eventuais implicações no pleito, muito embora tais implicações, quando existentes, reforcem a natureza grave do ato.**

3. Agravo regimental desprovido.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 25952 - CAMPO NOVO - RS - Acórdão de 30/06/2015 - Relator(a) Min. Luciana Lóssio - Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Data 14/08/2015

O voto proferido pela Ministra Luciana Lóssio, na oportunidade, assentou que:

Deflui do dispositivo que a verificação do abuso passou a demandar a **avaliação da gravidade das circunstâncias inerente ao fato em si, ou seja, do desvalor presente diante do bem jurídico tutelado pela norma, no caso, a normalidade e a legitimidade das eleições**. Assim, a investigação da prática abusiva não se prende necessariamente a eventuais implicações no pleito, muito embora tais implicações, quando existentes, reforcem a natureza grave do ato (grifo acrescido)

Nesse cenário, se o TSE já valorou negativamente a conduta de tentativa mesmo que frustrada de compra da desistência de duas candidaturas de vereador e de apoio político, aplicando a sanção de cassação do diploma dos autores do ilícito, parece acerto afirmar que a conclusão do RO-El 0603975-98 – que trata de fatos que atentam contra a integridade do processo eleitoral – guarda coerência com essa linha intelectual.

Em situações específicas bem delineadas, o TSE tem dado relevo ao grave desvalor da conduta para fins de aferir a vulneração da legitimidade do pleito. Essa inteligência é perfeitamente assentada em boa lógica e em nada contraria o sistema constitucional.

Tornando à espécie, a gravidade da conduta ficou bem demonstrada no voto proferido pelo Ministro Alexandre de Moraes:

Assim, a gravidade dos fatos é inconteste, porque a **conduta revela a vontade livre e consciente de ofender e colocar em dúvida a integridade da democracia e do sistema eleitoral, gerando ruptura no equilíbrio das eleições que estavam em pleno curso no momento da transmissão** (grifo acrescido)

O recurso extraordinário insiste que o fato não tem gravidade suficiente porque o acórdão do TSE “ignora o único fato que levou à configuração do abuso: uma live que COMEÇOU 22 minutos antes do fechamento das urnas”. A r. decisão agravada seguiu linha semelhante ao entender que houve condenação por presunção e que não estaria comprovado o benefício angariado pelo candidato com a conduta.

Sobre a questão da transmissão da *live* minutos antes do encerramento da votação, cabe pontuar a observação do Ministro Relator Luís Felipe Salomão, logo após o único voto divergente:

Essa premissa, eu creio que ela é inadequada para os autos, com a devida vênia, por quê? Porque o autor desse vídeo, a partir do momento em que foi descoberta a troca das urnas, que foi com que ele se baseou para fazer o vídeo, a partir dali começa – e isso se extrai por dedução de tudo que está nos autos –, ele começa a angariar os eleitores e chamar a atenção dos eleitores como se ele fosse o paladino da notícia das urnas falsas. Tanto isso é verdade que o vídeo começa com mais de 30 mil, 30 mil comparecentes naquele vídeo. Então, ele vinha fazendo as chamadas ao longo do dia, ele vinha

sinalizando que aquilo ia ser divulgado naquele vídeo, que acabou sendo cerca de meia hora antes do final da votação.

Por outro lado, o argumento do recurso extraordinário – e da r. decisão agravada – de que o número de acessos mais significativo somente ocorreu após o transcurso da eleição não é fundamental para a equação da controvérsia, tendo em vista que a Corte Superior Eleitoral colocou em relevo – da mesma forma que o faz da compra de apoio político – o grave desvalor em si da conduta.

Há, aqui, um critério qualitativo que denota juízo absoluto de reprovabilidade diante de uma conduta que coloca em risco a própria integridade do processo eleitoral. Afinal, sem um processo de eleição existente e válido, não há que se cogitar em legitimidade do pleito.

Os fatos posteriores ao pleito, nesse contexto, tornam-se irrelevantes para a equação da controvérsia, na medida em que o juízo de reprovação recai sobre uma conduta que, a partir de um preordenado e doloso processo de grave descontextualização e desinformação, derrui um dos pilares de sustentação do regime democrático. Em resumo, o aspecto quantitativo, no caso, cede espaço para o critério qualitativo que é estruturado, nas palavras do Ministro Alexandre de Moraes, pela *“vontade livre e consciente de ofender e colocar em dúvida a integridade da democracia e do sistema eleitoral, gerando ruptura no equilíbrio das eleições que estavam em pleno curso no momento da transmissão”*.

Noutras palavras, a conduta do candidato cassado foi muito além de comprometer a legitimidade do pleito, tendo em vista o seu potencial de desestabilização do Estado Democrático de Direito. Daí ser despicienda uma resposta quantitativa no sentido sugerido pelo recorrente<sup>12</sup>.

Se há um grave desvalor com tamanha potencialidade de repercussão no bem jurídico tutelado no caso de compra de apoio político, é de todo próprio estabelecer a mesma compreensão na hipótese de ataque à integridade do sistema eletrônico de votação.

Assim, não procede a tese de que teria havido inovação do TSE quanto aos critérios de gravidade das circunstâncias. Descabe falar, portanto, em ofensa ao princípio da anualidade eleitoral.

#### **- Anulação dos votos e suas consequências -**

No terceiro tópico (anulação dos votos do candidato que teve o diploma e o mandato cassados, recálculo do quociente partidário e consequente perda de mandato de terceiros não integrantes do processo de investigação eleitoral), a r. decisão agravada apontou que a

---

12 Nesse sentido (de correlação entre a legitimidade do pleito e o sistema democrático), já se manifestou o Ministro Jorge Mussi em outro julgado proferido pelo TSE:

“No caso dos autos, a busca de apoio político de candidata oponente baseada em troca financeira é de notória gravidade, pois com essa conduta se visou dizimar concorrentes em **ofensa irreversível à legitimidade e lisura do pleito e, em última análise, ao próprio sistema democrático**” (RESPE - Embargos de Declaração em Recurso Especial Eleitoral nº 20098 - HIDROLÂNDIA – GO - Acórdão de 22/10/2019 - Relator(a) Min. Jorge Mussi - Publicação:DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 239, Data 12/12/2019, Página 34-35, sem grifo no original).

determinação de anulação dos votos para todos os efeitos também vulnerou o princípio da anualidade. Acrescentou que a anulação dos votos dados ao candidato Fernando Francischini gerou impacto sobre a composição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e das respectivas bancadas, levando à perda dos mandatos de outros três deputados estaduais eleitos, que não eram partes do processo.

Ocorre, porém, que a alegada ofensa ao art. 16 da Constituição, assentada na premissa de que o reconhecimento da nulidade dos votos para todos os efeitos na ação cassatória de ilícitos eleitorais invaria precedente da Corte Superior, não foi debatida na origem sob o prisma do princípio da anualidade, o que impede que seja objeto de atenção na instância extraordinária por falta de prequestionamento.

Cumprе ressaltar que o mesmo entendimento aplicado à espécie, quanto à nulidade dos votos, motivou o julgamento de todos os casos semelhantes relacionados às Eleições de 2018<sup>13</sup>. O acórdão nos embargos de declaração no RO 0601236-07.2018.6.07.0000 esclarece a

13 A título de exemplo, confirmam-se os seguintes julgados: RO-El 0603609-21.2018.6.21.0000, rel. o Ministro Alexandre de Moraes, DJe 01/04/2022; RO-El 0603457-70.2018.6.21.0000, rel. o Ministro Alexandre de Moraes, DJe 01/04/2022; RO-El 0601585-09.2018.6.25.0000, rel. o Ministro Sérgio Silveira Banhos, julgado em 17/03/2022; RO-El 0608847-75.2018.6.19.0000, rel. o Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 17/12/2021; RO-El 0604004-51.2018.6.16.0000, rel. o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 13/12/2021; RO-El 0603975-98.2018.6.16.0000, rel. o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 10/12/2021; MSCiv 0600316-23.2021.6.00.0000, rel. o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 28/10/2021; RO-El 0601576-47.2018.6.25.0000, rel. o Ministro Sérgio Silveira Banhos, DJe 19/10/2021; RO-El 0600818-68.2018.6.25.0000, rel. o Ministro Sérgio Silveira Banhos, DJe 19/10/2021; RO-El 0601627-96. 2018.6.20.0000, rel. o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 04/06/2021; RO-El 0601236-07.2018.6.07.0000, rel. o Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 12/04/2021; RO-El 0600001-36.2019.6.01.0000, rel. o Ministro Edson Fachin, DJe 06/04/2021; RO-El 0603900-65.2018.6.05.0000, rel. o Ministro Sérgio Silveira Banhos, DJe 26/11/2020; RO-El 0601423-80.2018.6.01.0000, rel. o Ministro Edson Fachin, DJe 04/12/2020; RO-El 0601403-89.2018.6.01.0000, rel. o Ministro Edson Fachin, DJe 04/12/2020; RO-El 601409-96.2018.6.01.0000, rel. o Ministro Edson Fachin, DJe 04/12/2020; e RO-El 0603902-35.2018.6.05.0000, rel. o Ministro Sérgio Silveira Banhos, DJe 12/11/2020.

questão sob o ângulo dos princípios da segurança jurídica e da impessoalidade. Confirmam-se, a propósito, os seguintes trechos do voto condutor:

### **Embargos de declaração do MPE**

O *Parquet* argumentou, em suma, ter havido omissão do aresto quanto à declaração de validade ou não dos votos atribuídos ao candidato cassado, para fins de retotalização e de indicação do suplente apto a assumir o cargo vago.

De fato, o acórdão embargado, embora tenha determinado a execução imediata do julgado, não se pronunciou a respeito da destinação dos votos atribuídos ao candidato cassado.

Conquanto a matéria estivesse regulamentada pelo art. 218, II, da Res.-TSE nº 23.554/2017, que trata dos atos preparatórios para o pleito de 2018, o Plenário deste Tribunal não havia, ainda, se pronunciado sobre a adequação da regra inserta no texto regulamentar a casos concretos relativos ao pleito de 2018.

A primeira oportunidade em que se deu essa discussão, fixando-se a diretriz jurisprudencial a ser observada em todos os feitos relativos às eleições de 2018, ocorreu no julgamento do RO nº 0603900-65.2018.6.05.0000/BA, realizado em 13.10.2020.

(...)

Nesse contexto, faz-se necessário explicitar os termos do acórdão embargado quanto à validade dos votos atribuídos ao candidato cassado, uma vez que, mantida pelo STF a licitude da prova utilizada para embasar a decisão condenatória, o acórdão deste Tribunal deve, imediatamente, ser executado pelo Tribunal de origem.

A solução para o caso concreto, a meu sentir, apoia-se em dois princípios basilares que norteiam a atuação jurisprudencial desta Corte Superior.

O primeiro deles está calcado no princípio da segurança jurídica, segundo o qual as decisões relativas a um determinado pleito, com idêntica base fática, devem seguir a mesma orientação jurisprudencial. Esse viés interpretativo, há muito observado pelo TSE, tem origem na norma do art. 16 do texto constitucional, tendo sido consagrado no julgamento do RE 637.485/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, DJE de 20.5.2013.

No ponto, destaco que nada obsta a que este Tribunal Superior modifique seu entendimento em relação a pleitos anteriores, conforme a jurisprudência consolidada. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AIME. COTA DE GÊNERO. DESNECESSIDADE. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS. ANULAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRE.



NOVO JULGAMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA PELO TSE. ENTENDIMENTO FIRMADO PARA OS FEITOS DE 2016. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.

[...]

2. O princípio da segurança jurídica implica a observância do mesmo entendimento para solucionar questões relacionadas a feitos de uma determinada eleição, não havendo falar em afronta a esse princípio quando o TSE fixa, sobre determinada matéria, orientação diversa daquela assentada em pleitos anteriores.

[...]

(AgR-REspEl nº 0600388-40/BA, de minha relatoria, julgado em 13.10.2020, DJe de 26.10.2020)

Na mesma linha intelectual, menciono a necessidade de se observar o princípio da impessoalidade, sobre o qual repousa a necessidade de conceder tratamento isonômico aos partícipes do processo eleitoral, conforme se verifica em inúmeros precedentes deste Tribunal. Ilustrativamente, confira-se:

3. O entendimento acerca da irretroatividade da novel redação do art. 23, § 3º, da Lei das Eleições está consolidado na jurisprudência

desta Corte, notadamente em relação ao pleito de 2016, como é a hipótese vertente, devendo ser mantido em deferência ao postulado da segurança jurídica e à igualdade de tratamento entre os participantes daquele processo eleitoral.

[...]

(AgR-AI nº 50-62/CE, rel. Min. Edson Fachin, julgado em 7.11.2019, DJe de 12.2.2020)

Com base nessas premissas interpretativas, assento a necessidade de se aplicar ao caso concreto o entendimento fixado no *leading case* – RO nº 0603900-65.2018.6.05.0000/BA –, no qual, ressalto, a matéria foi exaustivamente debatida pelo Plenário deste Tribunal.

Nessa linha, a mudança de orientação apenas neste feito configuraria, aí sim, ofensa ao princípio da isonomia.

O óbice da falta de prequestionamento também inviabiliza o exame da alegação de viragem jurisprudencial relacionada à supressão de mandatos de parlamentares que não integraram a lide. Embora a questão seja consequência natural da retotalização dos votos, a matéria, da forma como suscitada no recurso extraordinário, não foi ventilada no acórdão recorrido, sem motivar embargos de declaração. A circunstância, aqui também, revela a inviabilidade do recurso extraordinário, apontando em consequência para a inviabilidade de se lhe conferir efeito suspensivo.

PROCURADORIA-GERAL ELEITORAL  
TPA 39 MC/DF

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral requer a reconsideração da r. decisão agravada ou, isso não ocorrendo, seja dado provimento ao agravo regimental interposto, com a reforma da decisão monocrática agravada e o restabelecimento dos efeitos do acórdão proferido pelo TSE no ROEI 0603975-98.2018.6.16.0000/PR.

Brasília, 6 de junho de 2022.

Paulo Gustavo Gonet Branco  
Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Impresso por: 073.733.574-23/TPA 39  
Em: 06/06/2022 - 21:44:54